

**JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2026 – OBJETO:** Contratação para o fornecimento de água mineral para uso das diversas secretarias da administração pública municipal, conforme especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que a própria Lei Federal nº 14.133/2021, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 86º (...)

§1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a realização da Intenção de Registro de Preços, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

No caso deste município, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador.

Itapoá, 04 de maio de 2026.

**RICARDO LASTRA**  
**GERENTE DE COMPRAS, LICITAÇÕES,**  
**CONTRATOS E ALMOXARIFADO**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº 7052/2025**